

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 006/2026-SEFAZ

INFORMAÇÕES DA UNIDADE	
Unidade: Secretaria Municipal de Fazenda	
Departamento/Divisão/Setor: GABPREF, SEFAZ, SEGOV, SEMED, SEMDEL, SECULT, SEINFRA, SEMAGRI, SEMAP, SEMAPS, SEMDURB, SEMINT; FMAS; FMMA, FME e FMS	
Gestor da Unidade Requisitante: Rennan Batista Estumano	Matrícula do Gestor: 2500150
Responsável Técnico: Débora Costa da Silva	Matrícula do Responsável Técnico: 2500308
E-mail Unidade Requisitante: sefaz@terrasanta.pa.gov.br	Contato da Unidade:

CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
☒ (x) Material de consumo	☐ () Serviço não continuado
☐ () Material permanente	☐ () Serviço de engenharia
☐ () Serviço continuado	☐ () Obras

1. Descrição da Necessidade

Contextualização da demanda e identificação do problema

O Município de Terra Santa/PA necessita assegurar o abastecimento de materiais destinados à limpeza, higienização, conservação dos ambientes, higiene pessoal e apoio às atividades desenvolvidas pelas unidades da Administração Municipal, abrangendo as secretarias, o Gabinete do Prefeito e os fundos municipais participantes deste planejamento.

A demanda decorre da necessidade de substituir contratações anteriores cujos contratos já se encerraram, conforme informação prestada durante a elaboração deste estudo. As atividades administrativas e os serviços públicos atendidos por esses fornecimentos permanecem em funcionamento e continuam a exigir condições adequadas de higiene, salubridade e conservação, independentemente do término dos instrumentos contratuais anteriores.

O problema a ser enfrentado consiste, portanto, em assegurar meios materiais para a continuidade dessas rotinas após o encerramento das contratações precedentes, prevenindo que a insuficiência de insumos comprometa o funcionamento das unidades, a qualidade do atendimento à população e a preservação do patrimônio público.

O encerramento dos contratos não permite concluir, isoladamente, que os estoques estejam esgotados ou que já tenham ocorrido interrupções dos serviços. A necessidade identificada está relacionada à continuidade do abastecimento, devendo a situação dos estoques remanescentes ser considerada no dimensionamento das quantidades e na definição da programação de atendimento.

Abrangência institucional da necessidade

A demanda consolidada compreende as necessidades apresentadas pelo GABPREF, SEFAZ, SEGOV, SEMED, SEMDEL, SECULT, SEINFRA, SEMAGRI, SEMAP, SEMAPS, SEMDURB, SEMINT e SEMUSP, bem como pelos fundos municipais identificados na planilha como FMMA, FMS, FMAS e FME.

Embora exista convergência entre parte dos materiais solicitados, as necessidades possuem particularidades relacionadas à finalidade dos ambientes, às atividades executadas e ao público atendido. A utilização em uma unidade administrativa, por exemplo, não se confunde

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

integralmente com aquela realizada em uma unidade de saúde, creche, instalação esportiva ou espaço destinado à comercialização de alimentos.

A descrição integrada dessas demandas deve, assim, considerar tanto as necessidades comuns de limpeza e conservação quanto as condições específicas de atendimento de cada área, preservando a identificação das unidades destinatárias.

Necessidades dos ambientes administrativos e de atendimento ao público

Os DFDs das unidades administrativas apontam a necessidade de manter condições adequadas de limpeza, higiene, organização e conservação das salas, sanitários, áreas comuns, espaços de atendimento e demais dependências utilizadas no desempenho das atividades institucionais.

O uso desses ambientes por servidores, colaboradores e cidadãos exige rotinas de remoção de sujidades, higienização de superfícies, limpeza de sanitários, acondicionamento de resíduos e disponibilização de materiais de higiene. A execução dessas atividades depende da disponibilidade de produtos e utensílios compatíveis com a finalidade de cada espaço.

A necessidade envolve, portanto, os insumos consumidos nas rotinas de limpeza e higiene e os materiais de apoio necessários à sua execução, como recipientes, utensílios e equipamentos indicados pelas unidades demandantes. Para estes últimos, a necessidade de disponibilização, complementação ou substituição deverá ser relacionada às condições e à quantidade dos bens existentes.

Sob a perspectiva do interesse público, o atendimento dessa demanda contribui para manter os espaços públicos em condições apropriadas de funcionamento, proteger seus usuários e conservar as instalações, os mobiliários e os equipamentos empregados na prestação dos serviços.

Necessidades específicas da Educação

A demanda da Educação abrange a sede administrativa, todas as escolas municipais e as creches.

Nesses espaços, a necessidade compreende a manutenção das condições de higiene e conservação dos ambientes utilizados por alunos, profissionais da educação e demais usuários, permitindo que as atividades educacionais e administrativas sejam desenvolvidas em instalações adequadas à sua finalidade.

A utilização cotidiana das unidades exige disponibilidade de materiais para limpeza dos ambientes, higienização de sanitários e superfícies, acondicionamento de resíduos e atendimento das necessidades de higiene relacionadas ao funcionamento dos estabelecimentos.

Nas creches, há uma necessidade adicional ligada aos cuidados de higiene das crianças atendidas. Os materiais infantis solicitados, especialmente fraldas e lenços umedecidos, destinam-se especificamente a essas unidades, conforme confirmação apresentada. Sua disponibilidade integra as condições materiais necessárias às rotinas de cuidado durante a permanência das crianças nas creches.

A necessidade educacional reúne, dessa forma, duas dimensões complementares: a conservação e a higienização dos espaços de atendimento e a disponibilidade dos materiais de higiene infantil utilizados nas creches. O dimensionamento deverá respeitar a destinação de cada item, evitando estender às demais unidades materiais solicitados para uma finalidade específica.

Necessidades específicas da Saúde

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O DFD do FMS identifica como destinatários o Hospital Municipal, as Unidades Básicas de Saúde, as Casas de Apoio localizadas nos municípios de Oriximiná e Santarém e as demais unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Nesses ambientes, os materiais são necessários às rotinas de limpeza, conservação, higienização e desinfecção associadas às atividades assistenciais e administrativas. O atendimento da demanda está relacionado à manutenção de condições apropriadas para a prestação dos serviços e à proteção de pacientes, acompanhantes, profissionais e demais usuários.

Conforme registrado no DFD, a insuficiência desses materiais pode comprometer a higienização de ambientes, instalações e equipamentos, dificultar as medidas de prevenção de contaminações e prejudicar o funcionamento das unidades. Trata-se de risco indicado pela unidade requisitante, sem que isso represente afirmação de ocorrência concreta de contaminação ou interrupção dos serviços.

Nas Casas de Apoio, a necessidade também alcança a manutenção das condições de higiene e conservação dos espaços utilizados no acolhimento de pacientes e acompanhantes, contribuindo para o suporte prestado aos usuários em atendimento fora do Município.

As particularidades desses ambientes deverão orientar a posterior definição dos requisitos técnicos, especialmente quanto à adequação dos produtos ao uso pretendido, sem presumir que todo material destinado à limpeza administrativa seja apropriado às rotinas assistenciais.

Necessidades específicas da Assistência Social

Com essa confirmação, o subitem 1.6 passa a ter a seguinte redação:

1.6. Necessidades específicas da Assistência Social

Os DFDs da SEMAPS e do FMAS apresentam necessidades relacionadas à limpeza, higienização, conservação e funcionamento das instalações, unidades, serviços e atividades socioassistenciais, incluindo ambientes administrativos, sanitários e espaços de atendimento aos usuários.

A demanda abrange o Centro de Referência de Assistência Social — CRAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, o abrigo institucional e outros serviços vinculados à assistência social, conforme confirmação apresentada durante a elaboração deste estudo.

Nessas unidades, a disponibilidade de materiais de limpeza, utensílios e itens de apoio é necessária à manutenção dos ambientes utilizados pelos usuários e pelas equipes, à higienização das instalações e ao adequado acondicionamento dos resíduos. Essas condições contribuem para a continuidade dos atendimentos e para a conservação dos espaços destinados à execução dos serviços socioassistenciais.

Os produtos de higiene pessoal também serão utilizados nas próprias unidades, conforme as necessidades dos atendimentos e das atividades desenvolvidas. Sua disponibilidade contribui para assegurar condições de higiene, cuidado e dignidade aos usuários, considerando as particularidades dos serviços prestados no CRAS, no CREAS, no abrigo institucional e nos demais serviços contemplados.

A necessidade compreende, portanto, tanto a manutenção das condições de limpeza e conservação dos espaços quanto o suporte material às práticas de higiene pessoal realizadas no âmbito dos atendimentos socioassistenciais. A insuficiência desses insumos poderá prejudicar as condições de acolhimento, o desenvolvimento das rotinas de cuidado e a qualidade do atendimento à população.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O dimensionamento dos materiais deverá considerar a finalidade de cada produto e as necessidades das unidades destinatárias, preservando a identificação das demandas vinculadas à SEMAPS e ao FMAS e as respectivas responsabilidades na execução das despesas.

Necessidades específicas da Agricultura e do Abastecimento

O DFD da SEMAGRI identifica cinco instalações sob sua responsabilidade: Mercado Municipal Esmaelino Machado, Matadouro Municipal, Parque de Exposições Manduca Bentes, sede da Secretaria e cozinha da sede.

A diversidade desses espaços implica necessidades distintas de limpeza e higienização. Além da conservação das dependências administrativas, existem ambientes relacionados à comercialização de alimentos, ao abate de animais e ao desenvolvimento das demais atividades descritas pela Secretaria.

Nesses locais, a disponibilidade de materiais apropriados é necessária à realização das rotinas de limpeza, à remoção de resíduos, à conservação de superfícies e utensílios e à manutenção de condições de uso compatíveis com as atividades executadas.

A relevância pública da demanda está associada à proteção de trabalhadores e usuários, à conservação das instalações e à continuidade das atividades municipais de agricultura e abastecimento. As particularidades do mercado, do matadouro e da cozinha deverão ser consideradas na definição posterior dos requisitos dos produtos, observada sua adequação aos respectivos ambientes e finalidades.

Necessidades específicas do Desporto e Lazer

O DFD da SEMDEL contempla ambientes administrativos e instalações esportivas, mencionando o Estádio Municipal, as quadras de areia, a quadra sintética de futebol society e o ginásio poliesportivo.

A necessidade compreende a disponibilidade de materiais para limpeza, higiene e conservação das dependências utilizadas por servidores, praticantes de atividades esportivas e demais usuários desses espaços.

A manutenção das condições de uso das instalações depende da execução regular das rotinas de limpeza e do adequado acondicionamento dos resíduos. A insuficiência de materiais pode prejudicar a conservação dos equipamentos públicos e as condições de utilização dos espaços destinados às atividades esportivas e de lazer.

Natureza recorrente da necessidade e horizonte de atendimento

Os documentos de formalização de demanda adotam o período estimado de 12 meses para atendimento das necessidades apresentadas.

A recorrência decorre do consumo de produtos nas rotinas de limpeza, higiene e funcionamento das unidades. Entretanto, os materiais possuem padrões de utilização distintos: parte é consumida regularmente, enquanto utensílios, recipientes e equipamentos de apoio podem demandar reposição menos frequente, conforme desgaste, disponibilidade e finalidade.

O planejamento deve reconhecer essas diferenças, de modo que a continuidade do abastecimento seja compatível com o consumo e com as necessidades efetivas de cada unidade. O horizonte de atendimento não constitui, por si só, justificativa para adquirir quantidades uniformes ou aplicar o mesmo critério de reposição a todos os itens.

Consequências do não atendimento e interesse público envolvido

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O não atendimento da necessidade, caso resulte em insuficiência dos materiais disponíveis, poderá comprometer:

- a) a regularidade das rotinas de limpeza, higienização e conservação dos ambientes municipais;
- b) as condições de higiene e cuidado das crianças atendidas nas creches;
- c) as rotinas de higienização e desinfecção das unidades de saúde e de conservação das Casas de Apoio;
- d) as condições de acolhimento e atendimento nos serviços socioassistenciais;
- e) a limpeza e a conservação dos espaços municipais de agricultura, abastecimento, esporte e lazer;
- f) a preservação de instalações, mobiliários, utensílios e equipamentos públicos; e
- g) a organização do abastecimento, com possibilidade de demandas urgentes e aquisições pontuais para suprir necessidades que poderiam ser atendidas mediante planejamento.
- h) Diante desse contexto, a necessidade pública consiste em assegurar condições materiais para a continuidade das atividades administrativas e dos serviços municipais, mediante o atendimento regular das demandas de limpeza, higienização, conservação e higiene pessoal identificadas pelas unidades requisitantes.

A definição da solução mais adequada deverá considerar essa necessidade, suas particularidades setoriais e os meios disponíveis para atendê-la, conforme as análises a serem desenvolvidas nos demais tópicos deste Estudo Técnico Preliminar.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual

Previsão da demanda no PCA 2026

O Município de Terra Santa/PA elaborou, registrou e publicou, no exercício de 2025, o Plano de Contratações Anual — PCA referente ao exercício de 2026.

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar apresenta previsão parcial nesse instrumento. Parte das unidades requisitantes encaminhou suas necessidades durante a elaboração do planejamento anual, enquanto outras deixaram de apresentá-las naquele período e formalizaram suas demandas posteriormente, no exercício de 2026.

A consolidação das demandas neste estudo considera essa diferença e preserva a identificação das unidades contempladas no planejamento original e daquelas cujas necessidades não foram nele registradas.

Demonstrativo da previsão por unidade requisitante

A situação informada para as unidades participantes encontra-se discriminada a seguir:

Unidade	Nº DFD	Situação da demanda no PCA 2026
GABPREF	006/2026	Não contemplada na elaboração inicial
SEFAZ	005/2026	Não contemplada na elaboração inicial
SEGOV	005/2026	Não contemplada na elaboração inicial
SEMED	049/2025	Previsto
SEMDEL	286/2025	Previsto
SECULT	188/2025	Previsto
SEINFRA	073/2025	Previsto
SEMAGRI	255/2025	Previsto
SEMAP	275/2025	Previsto
SEMAPS	062/2025	Previsto

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SEMDURB	015/2026	Não contemplada na elaboração inicial
SEMINT	102/2025	Previsto Previsto
SEMTUR	058/2026	Previsto
SEMUSP	004/2026	Não contemplada na elaboração inicial
FME	203/2025	Previsto
FMAS	061/2025	Previsto
FMMA	011/2026	Previsto
FMS	119/2025	Previsto

Justificativa da ausência de previsão de parte das demandas

As demandas do GABPREF, da SEFAZ, da SEGOV, da SEMDURB e da SEMUSP não foram contempladas no PCA 2026 em razão da falta de encaminhamento durante o período de elaboração do plano, associada a deficiências no planejamento dessas unidades administrativas.

A omissão está relacionada à organização e à comunicação tempestiva das necessidades institucionais. Por se tratar de materiais utilizados nas rotinas de funcionamento das unidades, sua formalização posterior não caracteriza, por si só, surgimento de necessidade imprevisível.

O reconhecimento dessa circunstância permite distinguir a falha no planejamento inicial da necessidade atual de atendimento. Os DFDs posteriormente apresentados documentam as demandas, mas não modificam o fato de que elas estavam ausentes da versão originalmente publicada do PCA.

Fundamentação da necessidade de atendimento das demandas omitidas

As necessidades apresentadas pelas unidades que não encaminharam suas demandas no período de elaboração do PCA estão relacionadas à manutenção das condições de limpeza, higiene, conservação e funcionamento dos ambientes públicos.

Conforme descrito no item 1, a contratação pretende substituir fornecimentos anteriormente amparados por contratos que já se encerraram. As atividades das unidades continuam a exigir materiais para execução das rotinas de limpeza, higienização, acondicionamento de resíduos e atendimento das demais necessidades formalizadas.

A proposta de atendimento dessas demandas fundamenta-se:

- a) na continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos municipais;
- b) na manutenção de condições adequadas de higiene e salubridade para servidores e usuários;
- c) na conservação das instalações, dos mobiliários e dos equipamentos públicos;
- d) na necessidade de organizar o abastecimento após o encerramento dos contratos anteriores; e
- e) na possibilidade de avaliar conjuntamente demandas semelhantes, preservando a identificação das necessidades de cada unidade.

Tratamento administrativo das demandas não previstas

O Município não dispõe de regulamentação específica sobre o procedimento de revisão do PCA após sua publicação.

Diante dessa circunstância, este ETP registra a situação efetivamente identificada: existência de PCA 2026 publicado em 2025, previsão das demandas de parte das unidades e ausência de previsão das demais, pelos motivos descritos no subitem 2.3.

Propõe-se o encaminhamento da questão à autoridade competente, com manifestação da área responsável pelo planejamento e assessoramento jurídico quanto ao procedimento

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

cabível, para decisão motivada sobre o tratamento das demandas omitidas e sua compatibilização com o planejamento anual.

Essa decisão deverá considerar a abrangência dos registros já existentes no PCA, a repercussão dos quantitativos adicionais e a necessidade de eventual complementação do plano e de sua publicidade. Deverá, ainda, preservar a versão originalmente publicada e a identificação temporal dos atos posteriores.

A presente justificativa constitui elemento de instrução dessa decisão. Não representa certificação de atualização já realizada, autorização para contratar ou declaração de que a omissão foi integralmente saneada.

Alinhamento com o planejamento institucional e orçamentário

A contratação está relacionada ao suporte material necessário ao funcionamento das unidades municipais e à execução das atividades administrativas, educacionais, assistenciais, de saúde, agricultura, abastecimento, esporte e lazer descritas neste estudo.

A relação entre os materiais demandados e essas atividades demonstra seu alinhamento funcional com as atribuições das unidades destinatárias. Para as demandas previstas, esse vínculo deverá ser acompanhado da identificação dos registros correspondentes no PCA. Para as demais, deverá ser complementado pela decisão administrativa mencionada no subitem anterior.

A compatibilidade com os instrumentos orçamentários deverá ser demonstrada pelas áreas competentes, mediante identificação das ações, dotações e fontes pertinentes, observadas as vinculações de cada órgão ou fundo. A previsão no PCA não substitui essa verificação nem comprova, isoladamente, disponibilidade orçamentária.

Aperfeiçoamento do planejamento das unidades

A omissão identificada evidencia a necessidade de aperfeiçoar o levantamento e o encaminhamento das demandas recorrentes.

Recomenda-se estabelecer responsáveis e prazos internos para apresentação das necessidades, acompanhar as vigências contratuais e utilizar informações de consumo e estoque na preparação dos próximos planos. Recomenda-se, também, avaliar a regulamentação municipal dos procedimentos de elaboração, acompanhamento e revisão do PCA.

Essas medidas destinam-se a reduzir a repetição das falhas constatadas e permitir a preparação das contratações em tempo compatível com a continuidade dos serviços públicos.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos gerais de adequação à necessidade

A solução a ser escolhida deverá assegurar a disponibilidade de materiais de limpeza, higienização, conservação, higiene pessoal, descartáveis, utensílios, recipientes e itens de apoio compatíveis com as necessidades das unidades municipais participantes.

Os requisitos deverão considerar a finalidade de cada produto, os ambientes de utilização e o público atendido, especialmente as particularidades das unidades de saúde, escolas, creches, serviços socioassistenciais, instalações esportivas e espaços vinculados à agricultura e ao abastecimento.

Serão exigidos padrões de qualidade e desempenho suficientes para o uso institucional, definidos por características verificáveis. As especificações deverão permitir a participação de

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

produtos de diferentes fabricantes que atendam à necessidade, evitando exigências de composição, formato, cor, fragrância ou apresentação sem justificativa técnica.

A descrição de cada item deverá identificar sua função, unidade de fornecimento, conteúdo, dimensões ou capacidade relevantes e requisitos de segurança.

Padrões mínimos de qualidade e desempenho

Os materiais deverão ser novos, sem uso, íntegros e próprios para a finalidade indicada, observados os seguintes requisitos por categoria:

Categoria	Requisitos mínimos a considerar
Produtos de limpeza e saneantes	Finalidade de uso compatível com o ambiente; concentração e modo de aplicação definidos; embalagem resistente e estanque; instruções de uso e diluição, quando pertinentes.
Produtos de higiene pessoal	Adequação à finalidade e ao público destinatário; embalagem que preserve o conteúdo; identificação da composição, precauções e demais informações exigíveis à categoria.
Fraldas e materiais de higiene infantil	Indicação de uso infantil; tamanhos e faixas de peso adequados; integridade, capacidade de absorção e sistema de fixação compatíveis com a utilização; apresentação que permita conferir a quantidade de unidades.
Papéis sanitários e materiais absorventes	Dimensões, quantidade de folhas ou metragem identificáveis; absorção e resistência adequadas ao uso; compatibilidade com dispensadores, quando necessária.
Descartáveis destinados a alimentos e bebidas	Material adequado ao contato com alimentos; capacidade e resistência compatíveis com o uso e a temperatura previstos; ausência de deformações, rebarbas ou defeitos que comprometam a segurança.
Sacos para resíduos	Capacidade, dimensões e resistência compatíveis com o resíduo e o recipiente de utilização; integridade das soldas e apresentação que permita conferir a quantidade fornecida.
Utensílios, recipientes e equipamentos de apoio	Resistência ao uso previsto; acabamento seguro; capacidade e dimensões compatíveis com a atividade; funcionamento dos mecanismos e integridade dos componentes.
Refis e acessórios	Compatibilidade funcional e dimensional com os equipamentos aos quais se destinam, demonstrada por características técnicas, sem vinculação injustificada a marca exclusiva.
Luvas, máscaras, aventais e óculos	Adequação ao uso efetivamente pretendido, distinguindo limpeza, proteção ocupacional e procedimentos de saúde; tamanhos, materiais e requisitos regulatórios definidos conforme cada enquadramento.

Adequação ao uso efetivamente pretendido, distinguindo limpeza, proteção ocupacional e procedimentos de saúde; tamanhos, materiais e requisitos regulatórios definidos conforme cada enquadramento.

As características de desempenho deverão ser traduzidas em critérios objetivos no Termo de Referência. Expressões como "primeira qualidade", "excelente resistência" ou "alto rendimento" não deverão constituir, isoladamente, parâmetros de aceitação.

Para produtos concentrados, deverão ser considerados a diluição recomendada e o rendimento na utilização prevista. A comparação entre apresentações dependerá da

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

equivalência técnica e da quantidade de produto utilizável, evitando avaliar apenas o preço nominal da embalagem.

Regularidade sanitária e segurança dos produtos

Os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão atender à regulamentação vigente correspondente à sua categoria e finalidade de uso.

Embalagem, identificação e rastreabilidade

Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens adequadas ao transporte, armazenamento e manuseio, preservando sua integridade até o recebimento.

Conforme a natureza e a regulamentação do item, deverão ser identificáveis:

- a) denominação e apresentação do produto;
- b) fabricante, importador ou responsável legal;
- c) conteúdo líquido ou quantidade de unidades;
- d) lote e prazo de validade, quando aplicáveis;
- e) instruções de uso, diluição, conservação e armazenamento;
- f) advertências e precauções pertinentes; e
- g) identificação de regularização sanitária, quando exigível.

Produtos químicos e de higiene pessoal deverão ser apresentados em suas embalagens originais, com fechamento íntegro, sem vazamentos ou sinais de adulteração. Para os demais materiais, o acondicionamento deverá ser compatível com suas características, sem exigir embalagem individual quando ela não tiver utilidade sanitária, operacional ou de proteção.

As unidades de fornecimento deverão ser inequívocas. Caixas, pacotes, frascos e conjuntos deverão indicar seu conteúdo, permitindo conferir a correspondência entre quantidade solicitada, quantidade entregue e preço contratado.

Eventual admissão de apresentações comerciais equivalentes deverá estar previamente disciplinada no Termo de Referência, com critérios de conversão e preservação do conteúdo total, da funcionalidade e das condições de armazenamento.

Validade, conservação e segurança de utilização

Os produtos sujeitos a vencimento deverão apresentar validade remanescente suficiente para sua utilização no período previsto entre o recebimento e o consumo.

O prazo mínimo deverá ser definido por categoria ou item, considerando a validade usual de mercado, o consumo estimado e a programação das entregas. Não se adotará percentual único de validade remanescente para todos os produtos sem justificativa técnica.

O transporte e o acondicionamento deverão observar as orientações do fabricante e as condições exigíveis para cada material, evitando exposição inadequada a calor, umidade, contaminação ou contato com substâncias incompatíveis.

Para produtos químicos que demandem informações específicas de segurança, deverá ser disponibilizada a documentação correspondente à sua classificação, inclusive ficha com orientações de manuseio, armazenamento e resposta a acidentes, quando exigível.

As condições de utilização deverão ser compreensíveis para os responsáveis pelo uso dos materiais, especialmente quanto a diluições, incompatibilidades e precauções.

Requisitos de sustentabilidade

A contratação deverá incorporar critérios ambientais relacionados ao objeto e passíveis de verificação, considerando a prevenção de desperdícios, a durabilidade e a destinação

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

adequada dos resíduos. Esses critérios deverão observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. [Fonte GERAL: Lei nº 12.305/2010.](#)

Redução de desperdícios e consumo de recursos

As apresentações deverão ser compatíveis com o consumo e com a capacidade de armazenamento das unidades, reduzindo perdas por vencimento, avarias ou abertura de embalagens superiores à necessidade de utilização.

Para produtos concentrados, deverão ser fornecidas instruções claras de dosagem. A escolha dessa apresentação deverá considerar a existência de condições seguras para diluição e uso, sem presumir que a maior concentração seja sempre a alternativa mais adequada.

Utensílios e equipamentos reutilizáveis deverão apresentar resistência compatível com o uso e, quando pertinente, permitir reposição de componentes ou refis, evitando o descarte integral por desgaste de peças substituíveis.

Materiais e embalagens

Deverá ser evitado o excesso de embalagem sem função de proteção, conservação ou segurança.

Na definição das especificações, deverão ser avaliadas alternativas recicláveis, reutilizáveis ou com conteúdo reciclado, quando compatíveis com o desempenho e com as exigências sanitárias. A incorporação desses atributos como obrigação dependerá da identificação do item, da viabilidade de mercado e da forma de comprovação.

A exigência de biodegradabilidade deverá indicar a característica a comprovar e o meio de verificação tecnicamente adequado. Não será suficiente a utilização genérica de expressões como "ecológico" ou "sustentável".

Destinação de resíduos

As obrigações de recolhimento, devolução ou logística reversa deverão ser individualizadas conforme o produto e o sistema legalmente aplicável, definindo as responsabilidades do fornecedor e da Administração.

Não se atribuirá ao fornecedor, de maneira genérica, a coleta de todos os resíduos gerados pelo consumo dos materiais. As embalagens contaminadas ou os resíduos que demandem tratamento específico deverão seguir a destinação pertinente à sua classificação.

Comprovação proporcional

Os atributos ambientais exigidos poderão ser demonstrados pelos meios adequados à característica avaliada, como informações técnicas do fabricante, rotulagem, documentação de composição ou ensaios pertinentes.

A exigência de selo específico ou certificação ambiental deverá ser tecnicamente justificada, admitindo-se meios equivalentes quando cabíveis. Não será exigida certificação genérica da empresa sem relação demonstrada com o objeto.

Capacidade de fornecimento e condições operacionais

Locais de entrega e distribuição interna

Os materiais deverão ser entregues diretamente nas unidades receptoras indicadas pela Administração, nos endereços previamente definidos no Termo de Referência e identificados nas respectivas ordens de fornecimento.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Os materiais destinados às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio localizadas em Oriximiná e Santarém serão recebidos nos pontos indicados pela Administração e posteriormente encaminhados aos destinos finais por distribuição interna da Prefeitura.

Compete à Administração organizar essa distribuição, preservando as condições de transporte, armazenamento e conservação dos produtos.

Prazo de entrega

O prazo máximo de entrega será de **20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da respectiva ordem de fornecimento pelo fornecedor.**

A ordem deverá identificar os itens, as quantidades, a unidade destinatária e o local de entrega. Seu recebimento pelo fornecedor deverá ser registrado por meio que permita comprovar o início da contagem do prazo.

Capacidade logística e custos do fornecimento

O fornecedor deverá possuir capacidade logística para atender aos locais, quantitativos e prazos estabelecidos, observando as condições de transporte, acondicionamento e conservação pertinentes a cada categoria de material.

Os custos de embalagem, transporte, carga, descarga e demais operações necessárias à entrega nos pontos sob responsabilidade do fornecedor deverão estar incluídos nos preços ofertados.

Os endereços, horários de recebimento e eventuais restrições de acesso deverão constar do Termo de Referência, permitindo aos licitantes conhecer previamente as condições de execução e os custos envolvidos.

Identificação e controle das entregas

Cada entrega deverá permitir a identificação da unidade requisitante, do órgão ou fundo responsável pela despesa, da ordem de fornecimento e dos itens e quantitativos entregues, assegurando a rastreabilidade e a conferência pelos responsáveis pelo recebimento.

Para os materiais sujeitos à distribuição interna, a Administração deverá manter registros de entrada e de encaminhamento às unidades beneficiárias, permitindo acompanhar sua destinação.

Requisitos proporcionais à atividade do fornecedor

As exigências de licença sanitária, autorização de funcionamento ou outros documentos de exercício da atividade deverão guardar relação com a categoria fornecida e com a atividade efetivamente desempenhada pelo licitante.

A capacidade de atendimento deverá ser avaliada pelas condições necessárias à execução do fornecimento, sem exigência genérica de sede ou filial no Município.

Demonstração de conformidade e eventual apresentação de amostras

A proposta deverá identificar suficientemente o produto ofertado, com marca, fabricante, modelo ou referência comercial, quando aplicáveis, e características que permitam verificar sua correspondência com a especificação.

Catálogos, fichas técnicas, rótulos e consultas oficiais deverão ser utilizados conforme sua pertinência. Documentos adicionais somente deverão ser exigidos quando necessários para esclarecer característica relevante.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

A apresentação de amostras dependerá de justificativa por item. Caso adotada na fase de julgamento, deverá ser exigida do licitante provisoriamente vencedor, com critérios objetivos, prazo e procedimentos previamente definidos no edital.

A avaliação deverá verificar características previamente especificadas, como dimensões, compatibilidade, absorção, integridade ou funcionamento. Não deverão ser utilizados critérios exclusivamente subjetivos de aparência, fragrância ou preferência pessoal.

Recebimento e correção de desconformidades

O recebimento deverá permitir conferir quantidade, apresentação, identificação, integridade, validade e correspondência com o produto aceito na contratação.

Os itens que apresentarem defeitos, vazamentos, divergência de conteúdo ou outras desconformidades deverão ser segregados e submetidos à substituição ou correção pelo fornecedor, sem custo adicional para a Administração, nas condições e prazos definidos no Termo de Referência.

Para utensílios e equipamentos de apoio, deverão ser estabelecidas condições proporcionais de garantia e atendimento por defeito, considerando a natureza do bem e a prática de mercado. Não se exigirá estrutura de assistência técnica permanente para materiais simples quando a substituição for suficiente para atender à necessidade.

Definições técnicas a complementar

Antes da consolidação do Termo de Referência, deverão ser confirmados:

- a) os locais de entrega e a estrutura de recebimento e armazenamento;
- b) os prazos de entrega e de substituição, considerando a logística e a oferta de mercado;
- c) a validade remanescente mínima por categoria;
- d) os padrões de compatibilidade de dispensadores, refis e acessórios;
- e) a finalidade e o enquadramento dos produtos de uso profissional, das luvas de procedimento e dos produtos de uso tópico; e
- f) os itens que efetivamente necessitarão de amostras ou comprovação técnica adicional.

4. Levantamento de Mercado

Objetivo e abrangência do levantamento

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas disponíveis para atender às necessidades de limpeza, higienização, conservação e higiene pessoal das unidades municipais, comparando sua adequação técnica, seus efeitos sobre a organização do abastecimento e os custos envolvidos durante a utilização dos materiais.

A análise considera a diversidade dos ambientes atendidos, as necessidades específicas das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, a utilização recorrente dos materiais e a necessidade de substituir contratações anteriores cujos contratos se encerraram.

Foram examinadas alternativas de aquisição dos materiais, contratação de serviços com fornecimento de insumos e disponibilização de determinados acessórios mediante comodato, além da possibilidade de utilização complementar de doações e permutas.

Para a alternativa de aquisição, foram comparados dois arranjos de abastecimento: entrega integral dos quantitativos e fornecimento mediante entregas parceladas. Esses arranjos correspondem a formas distintas de execução da mesma solução material.

Referências consultadas e limites da pesquisa

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Aquisição de materiais para diferentes áreas municipais

O Estudo Técnico Preliminar nº 06/2025, do Município de Várzea Grande/MT, contempla aquisição de materiais de higiene, limpeza pessoal e enxoval, envolvendo demandas da Assistência Social, Educação e Saúde. Constitui referência de planejamento de aquisição de bens para atendimento de diferentes áreas municipais. Suas especificações e estimativas não são automaticamente aplicáveis a Terra Santa/PA. [Fonte: ETP nº 06/2025 — Município de Várzea Grande/MT.](#)

Contratação de serviços de limpeza com materiais incluídos

O Estudo Técnico Preliminar nº 4/2025 do INSS, UASG 510678, contempla serviços de limpeza, conservação e higienização com disponibilização de mão de obra e fornecimento de materiais para unidades vinculadas às Gerências Executivas de Campo Grande, Cuiabá e Sinop. Essa referência demonstra a existência de solução que reúne a execução das atividades e os insumos necessários ao serviço. [Fonte: ETP nº 4/2025 — INSS.](#)

Fornecimento associado a dispensadores em comodato

No mercado privado, a Global Paper divulga a disponibilização de dispensadores em comodato para produtos como papel-toalha, papel higiênico, sabonete e álcool gel. A referência evidencia a existência comercial desse modelo, sem comprovar disponibilidade de atendimento em Terra Santa, condições comerciais locais ou vantagem econômica para esta contratação. [Fonte: Global Paper — produtos e serviços.](#)

Alcance das referências

As fontes consultadas subsidiam a identificação das alternativas. Não substituem a pesquisa consolidada de preços realizada pela Administração nem demonstram, isoladamente, qual alternativa apresenta o menor custo nas condições locais.

A comparação econômica deve considerar objetos equivalentes, o mesmo horizonte de atendimento e a distribuição de responsabilidades entre fornecedor e Município. Não seria adequado, por exemplo, comparar diretamente o preço de materiais com o valor de um serviço que também remunera trabalhadores, supervisão e equipamentos.

Solução 1 — Aquisição dos materiais com entrega integral

Descrição

Consiste na aquisição dos quantitativos definidos para o período de atendimento, com entrega integral nos pontos de recebimento indicados pela Administração. Após o recebimento, caberia ao Município armazenar, controlar e disponibilizar os materiais conforme o consumo das unidades.

A solução permite atender tanto às rotinas de limpeza quanto às necessidades específicas de higiene pessoal e infantil, mediante aquisição dos produtos adequados a cada finalidade.

Benefícios e custos envolvidos

A concentração das entregas pode reduzir a quantidade de operações de transporte, descarga e recebimento. Dependendo das condições comerciais, também pode favorecer preços associados ao volume fornecido de uma só vez.

Em contrapartida, exige espaço e condições de armazenamento compatíveis com os quantitativos recebidos, inclusive segregação de produtos incompatíveis e proteção contra umidade, calor, vazamentos e avarias.

O recebimento antecipado de materiais para todo o período aumenta a exposição a perdas por vencimento, deterioração e diferenças entre consumo estimado e efetivo. Também

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

concentra o desembolso correspondente aos bens recebidos, conforme as condições de pagamento.

Adequação à demanda

A entrega integral pode ser adequada a itens específicos, especialmente quando houver necessidade imediata, menor volume físico ou reposição pontual de utensílios e acessórios.

Entretanto, não foi demonstrada capacidade de armazenamento suficiente para recomendar esse arranjo, de maneira uniforme, para todos os materiais e unidades participantes. Sua vantagem dependeria da comparação entre eventual redução dos custos de aquisição e transporte e os custos adicionais de estoque e perdas.

Solução 2 — Aquisição dos materiais com entregas parceladas e programadas

Descrição

Consiste na aquisição dos materiais com fornecimentos distribuídos ao longo do período de atendimento, mediante ordens de fornecimento compatíveis com o consumo, os estoques disponíveis e a capacidade de recebimento das unidades.

Conforme as condições informadas pela Administração:

- a) o prazo máximo de entrega será de **20 dias corridos**, contado do recebimento da ordem de fornecimento;
- b) as entregas serão realizadas diretamente nos pontos de recebimento das unidades municipais indicados nos documentos da contratação;
- c) os materiais destinados às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio de Oriximiná e Santarém serão encaminhados por distribuição interna da Prefeitura, após seu recebimento nos pontos designados.

Benefícios e custos envolvidos

Benefícios e custos envolvidos

O fornecimento parcelado permite aproximar o recebimento da utilização dos materiais, reduzindo a necessidade de manter antecipadamente todo o quantitativo estimado em estoque. Também possibilita organizar as reposições conforme os diferentes padrões de consumo, sem impor a mesma frequência de entrega a produtos de uso diário e a utensílios de reposição eventual.

A solução, contudo, envolve múltiplas operações de transporte, recebimento e conferência. Pedidos excessivamente pequenos ou frequentes podem elevar o custo logístico incorporado aos preços.

Por essa razão, a programação deverá buscar equilíbrio entre o volume armazenado e a quantidade de entregas, mediante agrupamento de solicitações e definição de condições de fornecimento que possam ser consideradas pelos participantes na formação de suas propostas.

Adequação à demanda

A alternativa apresenta maior flexibilidade para atender à diversidade das unidades e à recorrência do consumo. Permite, ainda, preservar a identificação dos quantitativos e das responsabilidades de cada secretaria ou fundo.

Sua execução exige controle de estoque e antecedência na emissão das ordens. Para as unidades atendidas por distribuição interna, a programação deverá considerar, além dos 20 dias de entrega do fornecedor, o tempo necessário ao transporte realizado pelo Município.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Solução 3 — Contratação de serviços de limpeza com fornecimento de insumos

Descrição

Consiste na contratação de empresa responsável pela execução das atividades de limpeza e conservação, incluindo os materiais, utensílios e equipamentos definidos como necessários ao serviço.

Nesse modelo, a Administração contrata a execução de atividades e os respectivos resultados, com responsabilidades de abastecimento estabelecidas no contrato de serviços.

Benefícios e custos envolvidos

A integração entre serviço e insumos pode facilitar a atribuição de responsabilidade pela execução da limpeza e pela disponibilidade dos materiais utilizados pela contratada.

A avaliação econômica, porém, deve abranger mão de obra, encargos, supervisão, equipamentos, materiais, despesas administrativas e fiscalização, comparando esses componentes com os recursos atualmente empregados pelo Município.

Não há elementos suficientes para afirmar que a terceirização reduziria ou aumentaria o custo municipal, pois não foram informadas a estrutura atual de execução da limpeza, as áreas atendidas e as obrigações de eventuais contratos vigentes.

Adequação à demanda

A alternativa não substitui integralmente o objeto consolidado. Materiais de higiene infantil utilizados nas creches e produtos empregados nos cuidados e atendimentos socioassistenciais, por exemplo, não se confundem com insumos de limpeza dos ambientes.

Além disso, sua adoção implicaria planejamento próprio de serviços, com definição de atividades, produtividade, responsabilidades e formas de fiscalização.

Solução 4 — Aquisição de consumíveis associada a dispensadores em comodato

Descrição

Consiste no fornecimento de determinados consumíveis acompanhado da cessão de uso de dispensadores, conforme condições contratuais de instalação, utilização, manutenção e devolução.

Sua aplicação é restrita aos grupos compatíveis com esse sistema, como papéis sanitários, sabonetes e preparações para higienização das mãos. Os demais produtos continuariam a exigir aquisição própria.

Benefícios e custos envolvidos

O modelo pode evitar a aquisição inicial de dispensadores e, conforme as condições pactuadas, incluir manutenção ou substituição de acessórios.

Entretanto, a ausência de cobrança separada pelo dispensador não demonstra menor custo global. A comparação deve considerar:

- a) preço e rendimento dos consumíveis;
- b) eventual exigência de consumo mínimo;
- c) compatibilidade dos equipamentos com produtos de diferentes fornecedores;
- d) condições de manutenção e reposição;
- e) custos de instalação, retirada e transição ao término do fornecimento;
- f) aproveitamento dos dispensadores já existentes.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Sistemas dependentes de refis exclusivos podem reduzir as alternativas de reposição e elevar os custos futuros. Por outro lado, equipamentos compatíveis e corretamente dimensionados podem favorecer o controle de consumo.

Adequação à demanda e consideração da locação

O comodato constitui alternativa a avaliar para grupos específicos, sem justificar, por si só, alteração de toda a solução de abastecimento.

Quanto à locação, sua análise é pertinente aos bens reutilizáveis, quando houver oferta compatível. Para esses casos, deverão ser comparados aquisição, manutenção, vida útil e valor residual com os pagamentos e obrigações da locação, conforme o art. 44 da Lei nº 14.133/2021. Não foi obtida proposta de locação para atendimento desta demanda que permita demonstrar sua vantagem. [Fonte: Lei nº 14.133/2021, art. 44.](#)

Alternativa complementar – Doações e permutas

Doações e permutas poderiam contribuir para necessidades pontuais, desde que os bens fossem adequados, regulares e aproveitáveis pelas unidades.

Entretanto, não foram identificadas ofertas concretas capazes de assegurar os tipos, quantitativos, prazos e continuidade exigidos nesta demanda. Também não foram informados bens municipais disponíveis e aptos a uma eventual permuta.

Mesmo quando não existe desembolso pela aquisição, podem ocorrer custos de transporte, inspeção, armazenamento, adaptação e descarte de materiais inadequados.

Assim, essas possibilidades não oferecem, nos elementos atualmente disponíveis, base suficiente para sustentar o abastecimento regular. Eventuais oportunidades deverão ser avaliadas individualmente, inclusive quanto às condições jurídicas de sua aceitação.

Comparação das alternativas

Alternativa	Atendimento da necessidade	Aspectos econômicos e operacionais	Avaliação para esta demanda
Aquisição com entrega integral	Pode abranger todos os grupos de materiais.	Menos operações de entrega; maior necessidade de armazenamento e exposição a perdas.	Possível para itens específicos; vantagem não demonstrada para o conjunto.
Aquisição com entregas parceladas	Pode abranger todos os grupos e acompanhar diferentes padrões de consumo.	Menor estoque antecipado; exige programação e equilíbrio entre frequência de pedidos e frete.	Alternativa preferencial para estruturar o abastecimento.
Limpeza com insumos incluídos	Atende à limpeza dos ambientes, mas não substitui todas as necessidades de higiene pessoal e infantil.	Envolve custos e gestão de serviços, além dos materiais.	Depende de estudo próprio e verificação dos contratos existentes.
Consumíveis com dispensadores em comodato	Atende somente a grupos compatíveis.	Pode evitar aquisição inicial de acessórios; requer comparação do custo dos refis e das	Alternativa complementar, sujeita à avaliação específica.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

		condições de vinculação.	
Doações e permutas	Depende das ofertas disponíveis.	Pode reduzir desembolsos, mas não elimina custos logísticos e de adequação.	Complementar; não demonstrada como fonte regular de abastecimento.

Avaliação dos custos ao longo do ciclo de vida

A comparação econômica deverá considerar o custo necessário para obter o desempenho esperado durante a utilização, abrangendo, conforme o material:

- aquisição e transporte até os pontos de recebimento, sem duplicar fretes já incluídos nos preços;
- recebimento, armazenamento e movimentação;
- distribuição interna às unidades rurais e às Casas de Apoio;
- rendimento e consumo efetivo;
- manutenção e reposição de utensílios, acessórios e componentes;
- perdas por vencimento, avaria ou inadequação;
- destinação de resíduos e embalagens;
- aproveitamento dos bens reutilizáveis após o período de atendimento.

Produtos de limpeza com diferentes concentrações devem ser comparados pelo custo da solução utilizável e pelo desempenho necessário, respeitadas as instruções de uso. Para papéis, sacos, fraldas e materiais semelhantes, a comparação deve observar conteúdo das embalagens, dimensões e características funcionais equivalentes.

A pesquisa consolidada de preços informada pela Administração servirá de base à estimativa da aquisição, tratada no item próprio deste ETP. Ela não permite, isoladamente, quantificar os custos dos demais modelos ou comprovar uma economia percentual entre alternativas.

Sustentabilidade e oportunidades de melhoria

No desenvolvimento da solução, deverão ser avaliadas oportunidades de:

- reposição de componentes e refis de utensílios, evitando substituição desnecessária de conjuntos completos;
- utilização de dosadores e produtos concentrados quando tecnicamente adequados, com condições seguras de preparo e comprovação de rendimento;
- escolha de embalagens compatíveis com o consumo, evitando perdas e excesso de resíduos;
- aproveitamento de dispensadores e acessórios existentes, desde que em condições adequadas;
- organização das entregas e da distribuição interna para reduzir deslocamentos e movimentações desnecessárias.

Essas alternativas dependem das condições de uso e não deverão gerar exigências de marcas, sistemas exclusivos ou tecnologias sem justificativa técnica e econômica.

Não integra este levantamento resultado de audiência ou consulta pública. Caso permaneçam dúvidas relevantes sobre logística, disponibilidade de sistemas ou formação de preços, poderão ser obtidas informações adicionais de mercado, de forma documentada e sem direcionamento a fornecedor específico.

Justificativa da alternativa preferencial

Justificativa da alternativa preferencial

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

À vista das necessidades apresentadas, indica-se como alternativa preferencial a **aquisição dos materiais com entregas parceladas e programadas**, admitindo programação diferenciada para utensílios e outros itens de reposição eventual.

A escolha técnica decorre da possibilidade de atender conjuntamente às diferentes categorias de materiais, preservar suas destinações específicas e organizar o recebimento de acordo com o consumo e a capacidade das unidades.

Sob o aspecto econômico, a justificativa está na possibilidade de reduzir estoques antecipados e exposição a perdas, desde que esses benefícios não sejam superados pelo acréscimo dos custos de transporte e processamento dos pedidos. A definição dos pontos de recebimento e da programação de fornecimento deverá permitir que essas condições sejam consideradas na pesquisa de preços.

A indicação representa a alternativa mais adequada aos elementos atualmente disponíveis. A demonstração quantitativa de sua economicidade deverá ser complementada com as condições locais de entrega, armazenamento e distribuição, sem atribuir economias ainda não mensuradas.

A eventual utilização do Sistema de Registro de Preços deverá ser fundamentada separadamente. Sua adoção não constitui solução material distinta nem decorre automaticamente da opção por entregas parceladas.

5. Descrição da Solução como um todo

Composição da solução

A solução proposta consiste na aquisição conjunta de materiais de limpeza, higienização, conservação, higiene pessoal e infantil e de utensílios e acessórios de apoio, mediante fornecimento parcelado e programado, para atendimento das secretarias e fundos municipais participantes durante o horizonte estimado de 12 meses.

O fornecimento abrangerá os seguintes grupos, respeitada a destinação dos itens registrada na consolidação das demandas:

- a) **produtos de limpeza e higienização:** materiais empregados na limpeza de ambientes, superfícies, instalações e utensílios, inclusive produtos de desinfecção adequados às finalidades indicadas pelas unidades;
- b) **materiais de higiene pessoal e infantil:** produtos destinados às rotinas de higiene e cuidado, incluindo os materiais infantis utilizados especificamente nas creches e os produtos empregados nas unidades e atendimentos socioassistenciais;
- c) **materiais sanitários, descartáveis e de acondicionamento de resíduos:** itens consumidos nas rotinas de funcionamento, higiene e manejo dos resíduos das unidades;
- d) **utensílios, recipientes e acessórios de apoio:** bens utilizados na execução das atividades de limpeza e conservação, incluindo conjuntos, componentes de reposição e dispensadores contemplados na demanda.

A limpeza dos ambientes continuará sendo executada por servidores próprios do Município, conforme informação da Administração. A contratação compreenderá o fornecimento dos bens necessários a essas atividades, sem inclusão de mão de obra terceirizada para sua execução.

Organização do abastecimento e das solicitações

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O planejamento será realizado de forma consolidada, mantendo-se a identificação dos materiais e quantitativos destinados a cada secretaria e fundo. Essa organização permitirá coordenar o abastecimento sem perder a vinculação das solicitações, dos recebimentos e das despesas às respectivas unidades.

A separação entre SEMED e FME e entre SEMAPS e FMAS será preservada nos registros de execução, em razão das vinculações contábeis e dos ordenadores de despesas distintos.

Os fornecimentos serão solicitados mediante ordens que identifiquem, no mínimo:

- a) a unidade requisitante e a vinculação da despesa;
- b) os itens e as quantidades solicitadas;
- c) o ponto de entrega e as condições de acesso e recebimento;
- d) o responsável pelo recebimento;
- e) a data de emissão e o registro do recebimento da ordem pelo fornecedor.

As quantidades de cada solicitação deverão considerar o estoque disponível, o consumo previsto até a reposição seguinte e a capacidade de armazenamento. Para utensílios e acessórios, a solicitação também deverá considerar a existência e as condições de uso dos bens já disponíveis.

A programação não exigirá que todos os itens sejam fornecidos na mesma frequência. Produtos de consumo recorrente terão reposições compatíveis com sua utilização, enquanto utensílios, dispensadores e componentes poderão ser solicitados para disponibilização inicial, complementação ou substituição, conforme a necessidade identificada.

Entrega e distribuição dos materiais

O fornecedor deverá entregar os materiais no prazo máximo de **20 dias corridos, contado do recebimento da ordem de fornecimento**, diretamente nos pontos de recebimento das unidades municipais indicados na contratação.

O transporte, a descarga e a entrega nesses pontos integrarão as obrigações do fornecedor e deverão estar contemplados nos preços. A relação dos locais de entrega e suas condições de acesso deverá ser definida antes da apresentação das propostas, permitindo o dimensionamento dos custos logísticos.

Os materiais destinados às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio localizadas em Oriximiná e Santarém serão entregues pelo fornecedor nos pontos municipais designados para seu recebimento. O encaminhamento posterior a esses estabelecimentos será realizado pela Prefeitura, por distribuição interna.

Para essas unidades, o abastecimento será organizado em duas etapas:

- a) **recebimento municipal:** entrega pelo fornecedor, conferência e registro dos materiais;
- b) **distribuição interna:** separação por unidade destinatária, transporte municipal e comprovação do recebimento no destino.

As ordens de fornecimento deverão ser emitidas com antecedência suficiente para contemplar tanto o prazo contratual de entrega quanto o tempo necessário à distribuição interna. O agrupamento das solicitações deverá buscar compatibilidade entre a continuidade do abastecimento, a capacidade de armazenamento e os custos de transporte.

Recebimento, armazenamento e disponibilização para uso

No recebimento, os materiais serão conferidos quanto à correspondência com a ordem de fornecimento, às quantidades, à identificação dos produtos, à integridade das embalagens e às condições de utilização, incluindo lote e validade quando aplicáveis.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Eventuais diferenças, avarias ou desconformidades serão registradas e comunicadas ao fornecedor. Os materiais cuja condição comprometa a segurança ou a adequação ao uso deverão permanecer segregados, sem disponibilização às equipes ou aos usuários, até a solução da ocorrência.

Após a conferência, os bens aceitos serão registrados e encaminhados ao armazenamento ou à utilização pela unidade destinatária. A movimentação interna deverá permitir identificar as entradas, as saídas e os saldos, inclusive dos materiais encaminhados às unidades rurais e às Casas de Apoio.

O armazenamento observará as orientações dos fabricantes, a separação de produtos incompatíveis e a proteção contra condições que possam comprometer a conservação. Para os materiais sujeitos a vencimento, a organização das saídas deverá priorizar aqueles com menor prazo de validade remanescente.

Integração entre produtos, utensílios e componentes

Os produtos fornecidos deverão ser utilizáveis com os utensílios e acessórios aos quais se destinam. Essa compatibilidade é especialmente relevante para dispensadores, refis, conjuntos de limpeza e componentes de reposição.

Antes da definição final dos itens, deverão ser identificados os acessórios existentes cujo aproveitamento esteja previsto, registrando-se as características necessárias à compatibilidade. Quando a demanda contemplar a aquisição de um conjunto novo, seus componentes deverão permitir o uso completo para a finalidade pretendida.

A solução adotará a aquisição dos acessórios previstos na demanda. O fornecimento não pressupõe comodato, locação ou vinculação a consumíveis exclusivos. Eventual adoção desses modelos dependerá de avaliação específica e de revisão expressa da solução.

Produtos que exijam diluição, montagem ou procedimento particular de utilização deverão ser acompanhados das respectivas instruções. Sua disponibilização aos servidores deverá ocorrer com as informações necessárias ao preparo, à aplicação e à conservação, respeitadas as diferenças entre uso administrativo, educacional, assistencial e de saúde.

Manutenção, assistência técnica e substituição

Para os materiais de consumo, o atendimento pós-fornecimento compreenderá o esclarecimento de dúvidas sobre o produto e a solução de ocorrências relacionadas a defeitos, vazamentos, embalagens danificadas ou divergências em relação ao que foi contratado.

Para utensílios e acessórios reutilizáveis, a conservação rotineira será realizada pelas unidades usuárias, de acordo com as instruções de utilização. Componentes sujeitos a desgaste e previstos na demanda poderão ser repostos separadamente, desde que preservadas a compatibilidade e a funcionalidade do conjunto.

Não se identifica, com os elementos disponíveis, necessidade de contratar serviço autônomo de manutenção contínua para o conjunto desses bens. Quando algum item exigir assistência específica, sua cobertura deverá ser vinculada às características do produto e às condições de garantia aplicáveis.

O fornecedor deverá disponibilizar canal para registro e acompanhamento das ocorrências e providenciar a substituição ou o reparo cabível dos bens com defeito ou desconformidade sob sua responsabilidade. Os custos de retirada, transporte e nova entrega decorrentes dessas ocorrências serão de sua responsabilidade.

Os prazos de atendimento e de solução deverão ser definidos na elaboração do Termo de Referência, considerando a criticidade dos materiais e a logística local. O prazo de 20 dias

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

estabelecido para o fornecimento ordinário não será automaticamente utilizado como prazo de substituição de produtos recusados.

Acompanhamento da execução do fornecimento

A execução será acompanhada por registros das ordens emitidas, das entregas realizadas, das quantidades aceitas, das pendências de substituição e dos saldos disponíveis para novas solicitações.

Essas informações deverão subsidiar a programação das reposições e permitir a identificação de atrasos, consumo diferente do previsto, concentração de estoque e materiais próximos do vencimento.

O funcionamento da solução compreende, portanto, uma sequência integrada de **programação da necessidade, emissão da ordem, entrega, conferência, registro, distribuição e utilização**, com responsabilidades identificadas em cada etapa e preservação da destinação dos materiais às respectivas unidades municipais.

6. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Base documental e período de atendimento

A estimativa compreende os **137 itens relacionados na planilha constante no Anexo – I**, com suas respectivas descrições, unidades de fornecimento, quantidades por secretaria ou fundo e quantitativos totais, para atendimento durante o período estimado de **12 meses**.

Constituem documentos de suporte os Documentos de Formalização de Demanda das unidades participantes e a planilha consolidada, que deverá integrar este ETP como anexo de quantitativos.

Os DFDs identificam as necessidades setoriais e os quantitativos solicitados. A planilha reúne essas demandas, preservando a identificação da parcela correspondente a cada unidade requisitante e permitindo verificar a composição do total de cada item.

Metodologia de estimativa das necessidades

Conforme esclarecimento da Administração, os quantitativos foram estimados pelos responsáveis pelas unidades com base na experiência de utilização dos materiais e no conhecimento das rotinas dos serviços atendidos.

A metodologia adotada consiste em **estimativa técnica dos requisitantes**, considerando a provável utilização durante os 12 meses e as particularidades dos ambientes e públicos atendidos. Os documentos apresentam parâmetros qualitativos relacionados à frequência de uso, à reposição de materiais consumíveis e à necessidade de disponibilização ou substituição de utensílios.

Embora alguns DFDs façam referência ao histórico de consumo, o esclarecimento prestado indica que a projeção foi realizada com base na experiência dos responsáveis. Essa referência deve ser compreendida como conhecimento da utilização anterior, sem atribuir aos autos registros quantitativos que não foram apresentados.

Consideração dos estoques existentes

A Administração informou que as quantidades encaminhadas pelas unidades **já descontam os materiais existentes em estoque**. Assim, os quantitativos consolidados representam as necessidades adicionais de aquisição declaradas pelos requisitantes.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Para evitar dupla dedução, não será aplicado novo desconto genérico sobre as quantidades consolidadas. Eventual atualização deverá considerar a data de referência e as movimentações posteriores, com registro do ajuste realizado pela unidade responsável.

A composição conceitual da estimativa é:

Quantidade a adquirir por unidade = necessidade projetada para 12 meses – estoque aproveitável considerado pelo requisitante.

Essa expressão descreve o procedimento informado pela Administração. Seus componentes numéricos não estão individualizados nos documentos disponíveis.

Memória de cálculo da consolidação

A quantidade total de cada item corresponde à soma das parcelas destinadas às secretarias e fundos participantes, observada a mesma descrição e unidade de fornecimento:

Quantidade consolidada do item = soma das quantidades líquidas solicitadas pelas unidades participantes.

A conferência da planilha identificou correspondência entre os totais dos 137 itens e a soma das respectivas parcelas por unidade.

Como demonstração da memória aritmética, apresentam-se os seguintes exemplos:

Item	Unidade de fornecimento	Composição do quantitativo	Total consolidado
1 — Absorvente higiênico	Pacote com 8 unidades	SEMAPS: 20 + FMMA: 100 + FMAS: 90	210 pacotes
130 — Fralda descartável	Pacote com 46 unidades	SEMED: 100 + FME: 100	200 pacotes
131 — Fralda descartável	Pacote com 38 unidades	SEMED: 300 + FMAS: 36 + FME: 300	636 pacotes
132 — Fralda descartável	Pacote com 32 unidades	SEMED: 400 + FMAS: 36 + FME: 400	836 pacotes
133 — Fralda descartável	Pacote com 28 unidades	SEMED: 400 + FME: 400	800 pacotes
134 — Lenços umedecidos	Embalagem com 192 unidades	SEMED: 400 + FME: 400	800 embalagens

A memória completa da consolidação está representada pelas colunas de quantidades por unidade e total de cada item na planilha anexa. A soma dessas parcelas demonstra a formação do quantitativo global, enquanto a justificativa de utilização permanece vinculada à estimativa apresentada pelo respectivo requisitante.

Não será utilizado somatório geral de quantidades entre itens com unidades distintas, pois a soma de frascos, pacotes, caixas e unidades não representa uma medida física homogênea.

Perfis de utilização considerados

Materiais de consumo recorrente

Os produtos empregados regularmente na limpeza, higienização e higiene pessoal foram estimados para sustentar as rotinas das unidades durante o período de atendimento.

As quantidades anuais constituem referência para o abastecimento parcelado. Sua divisão por 12 poderá auxiliar a programação inicial, mas representará apenas uma média mensal implícita, sem comprovar consumo uniforme ou substituir a fundamentação dos requisitantes.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

A programação das solicitações deverá considerar o consumo efetivamente observado, os saldos disponíveis e as diferenças de funcionamento entre unidades administrativas, escolas, creches, estabelecimentos de saúde e serviços socioassistenciais.

Materiais de utilização periódica ou específica

Os materiais destinados a procedimentos ou ambientes específicos deverão permanecer vinculados às finalidades que motivaram sua inclusão.

Sua utilização não será presumida como mensal ou uniforme. A solicitação deverá observar a ocorrência da atividade, a adequação do produto e a necessidade efetiva da unidade destinatária.

Utensílios, recipientes e acessórios reutilizáveis

As quantidades de bens reutilizáveis correspondem às necessidades de disponibilização, complementação ou substituição indicadas pelos responsáveis.

Para esses itens, o horizonte de 12 meses não implica renovação integral mensal ou aquisição repetida de conjuntos completos. A reposição deverá considerar o desgaste, a condição de uso e a possibilidade de substituição apenas dos componentes necessários.

Quantitativos da Educação e vinculação às unidades participantes

A Administração confirmou que as quantidades atribuídas à **SEMED e ao FME são complementares** e compõem a necessidade conjunta da Educação para os 12 meses.

Portanto, suas parcelas serão somadas na consolidação, preservando-se a identificação contábil e a responsabilidade pela execução das despesas. A coincidência de quantidades entre as duas colunas não constitui, por si só, duplicidade.

Para demonstrar a correspondência entre embalagens e unidades de utilização, os materiais infantis da Educação apresentam a seguinte composição:

Item	Quantidade conjunta SEMED e FME	Conteúdo por embalagem	Quantidade física correspondente
130 — Fraldas	200 pacotes	46 unidades	9.200 fraldas
131 — Fraldas	600 pacotes	38 unidades	22.800 fraldas
132 — Fraldas	800 pacotes	32 unidades	25.600 fraldas
133 — Fraldas	800 pacotes	28 unidades	22.400 fraldas
134 — Lenços umedecidos	800 embalagens	192 unidades	153.600 lenços

Os quatro itens de fraldas totalizam **80.000 unidades destinadas à Educação**, mantidas as especificações próprias de cada item. Essa conversão permite compreender o volume físico previsto, sem tornar intercambiáveis produtos de tamanhos ou características diferentes.

Os materiais infantis da Educação destinam-se especificamente às creches. As parcelas dos itens 131 e 132 atribuídas ao FMAS permanecem vinculadas à Assistência Social e não integram os totais educacionais apresentados acima.

Interdependência entre aparelhos, cargas e refis

A planilha prevê **747 aparelhos odorizadores**, dos quais **600 destinados ao FMS**, e **210 refis**, dos quais **30 destinados ao FMS**.

Conforme esclarecimento da Administração, os aparelhos incluem carga inicial e não há estoque de refis. A carga que acompanha cada aparelho integra seu fornecimento e não deverá ser novamente contabilizada como refil adquirido separadamente.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

A carga inicial permite iniciar a utilização dos aparelhos. Entretanto, a suficiência dos refis depende da quantidade de aparelhos efetivamente colocados em funcionamento, da frequência de acionamento e da duração da carga nas condições de uso.

As unidades requisitantes deverão confirmar se os refis previstos são compatíveis com o período e a intensidade de utilização pretendidos, especialmente no FMS. Até essa confirmação, os quantitativos permanecem registrados conforme a demanda, sem afirmação de que asseguram funcionamento contínuo de todos os aparelhos durante os 12 meses.

A mesma verificação de compatibilidade deverá orientar conjuntos de limpeza, componentes de reposição e dispensadores cujos consumíveis estejam previstos em itens distintos.

Interdependência com outras contratações e economia de escala

A limpeza é executada por servidores próprios, conforme informação da Administração. O dimensionamento dos materiais destina-se a suprir essas atividades e as demais necessidades de higiene identificadas pelos requisitantes.

Para evitar sobreposição, eventuais aquisições posteriores ou fornecimentos provenientes de outros instrumentos que atendam à mesma necessidade deverão ser considerados na atualização das solicitações. O encerramento dos contratos anteriores não elimina a necessidade de controlar os materiais remanescentes, já considerados pelos requisitantes na estimativa apresentada.

A reunião das demandas permite agregar quantidades de itens equivalentes e buscar condições comerciais associadas ao volume total, preservando as especificações necessárias a cada finalidade. A consolidação também possibilita coordenar solicitações e entregas entre unidades.

A busca de economia de escala não fundamenta acréscimos artificiais aos quantitativos. O volume consolidado decorre das necessidades declaradas, e eventual ganho econômico deverá resultar das condições obtidas na contratação.

Alcance da estimativa e acompanhamento

Os quantitativos apresentados constituem a estimativa consolidada das necessidades declaradas pelas unidades para 12 meses, baseada na experiência dos responsáveis e com desconto de estoques por eles informado.

A documentação disponível permite demonstrar a distribuição institucional e a formação aritmética dos totais. Não permite reconstruir integralmente, por item, os parâmetros numéricos de consumo e os saldos deduzidos. Essa limitação deverá permanecer expressa, sem criação de índices de consumo, percentuais de segurança ou justificativas quantitativas não documentadas.

Durante a execução, os registros de recebimento, distribuição e consumo deverão subsidiar as reposições e formar uma base objetiva para os próximos planejamentos. A entrega parcelada contribuirá para ajustar o abastecimento às necessidades observadas, mas não substitui a validação dos quantitativos antes da conclusão do planejamento.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor global estimado

O valor preliminar estimado da contratação é de **R\$ 2.066.351,03 (dois milhões, sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e três centavos)**, correspondente aos 137 itens

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

da planilha do **ANEXO – I**, destinados ao atendimento das necessidades projetadas para 12 meses.

A estimativa resulta da aplicação dos preços unitários referenciais aos quantitativos consolidados das secretarias e fundos participantes. Sua finalidade, nesta etapa, é dimensionar financeiramente a solução proposta e subsidiar a análise de viabilidade da contratação.

Base de preços utilizada

Os preços unitários referenciais adotados nesta estimativa são provenientes de pesquisa realizada em agosto de 2026, no Módulo Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, utilizando-se a mediana dos preços selecionados para cada item, conforme informação da Administração.

A mediana corresponde ao valor central da série de preços ordenada ou, quando houver número par de observações, à média dos dois valores centrais. Sua utilização reduz a influência de valores extremos na formação da referência, sem dispensar a análise da comparabilidade dos registros pesquisados.

Os preços resultantes foram incorporados ao **ANEXO – I e ANEXO – II** e aplicados aos quantitativos consolidados. Para esta estimativa, substituem os valores preliminares apresentados individualmente nos Documentos de Formalização de Demanda.

Os relatórios extraídos do módulo integram os documentos de suporte da estimativa, permitindo identificar os registros selecionados, as datas das contratações pesquisadas, as especificações, as unidades de fornecimento e o cálculo da mediana de cada item.

A correspondência entre os registros pesquisados e os materiais pretendidos considera especialmente o conteúdo das embalagens, as concentrações, as dimensões e as condições de fornecimento, para assegurar que a mediana represente preços de objetos comparáveis.

Preços unitários e memória de cálculo

A planilha consolidada integra este ETP como anexo da estimativa de valor, contendo, para cada item:

- a) identificação e descrição do material;
- b) unidade de fornecimento;
- c) quantidade estimada;
- d) preço unitário referencial;
- e) valor total estimado;
- f) distribuição dos quantitativos entre as unidades participantes.

A memória de cálculo observa as seguintes operações:

Valor estimado do item = quantidade consolidada × preço unitário referencial.

Valor global estimado = soma dos valores estimados dos 137 itens.

Distribuição estimada por unidade participante

A participação financeira de cada unidade foi calculada multiplicando-se sua quantidade de cada item pelo preço unitário referencial e somando-se os resultados:

Valor estimado da unidade = soma de suas quantidades por item × respectivos preços unitários.

Distribuição estimada por unidade participante

A participação financeira de cada unidade foi calculada multiplicando-se sua quantidade de cada item pelo preço unitário referencial e somando-se os resultados:

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Valor estimado da unidade = soma de suas quantidades por item × respectivos preços unitários.

Unidade	Valor estimado
GABPREF	R\$ 53.046,01
SEFAZ	R\$ 53.046,01
SEGOV	R\$ 53.046,01
SEMED	R\$ 199.665,74
SEMDEL	R\$ 25.995,76
SECULT	R\$ 51.487,26
SEINFRA	R\$ 52.836,79
SEMAGRI	R\$ 93.653,96
SEMAP	R\$ 135.447,73
SEMAPS	R\$ 75.523,01
SEMDURB	R\$ 46.319,62
SEMINT	R\$ 53.046,01
SEMTUR	R\$ 15.535,89
SEMUSP	R\$ 34.257,92
FMMA	R\$ 19.784,18
FMS	R\$ 724.588,70
FMAS	R\$ 129.142,05
FME	R\$ 249.928,38
Total	R\$ 2.066.351,03

A distribuição preserva as parcelas da SEMED e do FME e da SEMAPS e do FMAS, conforme suas vinculações contábeis e ordenadores de despesas. Os valores representam a participação estimada na aquisição, sem substituir a identificação das dotações e fontes de recursos.

Condições de fornecimento consideradas na avaliação dos preços

A validação dos preços referenciais deverá considerar o fornecimento parcelado, o prazo máximo de 20 dias corridos e as entregas nos pontos municipais designados, com transporte e descarga sob responsabilidade do fornecedor.

A distribuição posterior às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio em Oriximiná e Santarém será realizada pela Prefeitura. Seus custos não foram individualizados na planilha de aquisição e deverão ser considerados no planejamento operacional, sem presumir sua inclusão no preço do fornecedor.

O valor global apresentado corresponde à aquisição dos materiais e apuração completa de todos os custos de armazenamento, distribuição interna, utilização e descarte.

Documentos de suporte e atualização da estimativa

A estimativa é acompanhada da planilha dos **ANEXOS I e II**, que consolidam os documentos da pesquisa que permitem identificar a origem dos preços adotados, as condições de comparação e o método utilizado na definição das referências.

A conferência aritmética realizada comprova a consistência dos cálculos da planilha. A confirmação da compatibilidade dos preços com o mercado depende da documentação da pesquisa e de sua correspondência com as condições da futura contratação.

8. Justificativa para o Parcelamento da Solução

Divisibilidade do objeto

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O objeto é composto por materiais de limpeza, higienização, higiene pessoal e infantil, descartáveis, utensílios e acessórios com características, finalidades e unidades de fornecimento próprias. Esses bens podem, em regra, ser adquiridos separadamente, sem comprometer o atendimento da necessidade conjunta.

A utilização dos materiais nas mesmas unidades municipais não os transforma em um conjunto tecnicamente indivisível. Produtos como água sanitária, sacos para resíduos, fraldas, papéis sanitários e utensílios de limpeza possuem funções distintas e podem ser fornecidos por empresas diferentes.

Dessa forma, propõe-se o **parcelamento do objeto por item, com julgamento pelo menor preço e adjudicação individualizada**, preservadas as especificações e as condições de fornecimento de cada material.

Essa orientação considera o art. 40, inciso V, alínea "b", e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, que relaciona o parcelamento à viabilidade técnica, à vantagem econômica, à ampliação da competição e à prevenção da concentração de mercado.

Justificativa técnica e comercial

A diversidade dos itens permite a participação de fornecedores com diferentes linhas de atuação. Uma empresa pode comercializar produtos de limpeza sem fornecer materiais infantis, enquanto outra pode atuar com papéis sanitários, descartáveis ou utensílios.

A adjudicação por item permite que cada participante apresente proposta para os materiais que tenha condições de fornecer, sem exigir que disponha de todo o conjunto de produtos solicitado pelas secretarias e fundos.

A formação de lote único condicionaria a participação à capacidade de atendimento de todas essas categorias. Não foi identificada necessidade técnica de concentrar o fornecimento integral em uma única empresa.

Também não se propõe o agrupamento automático em lotes por secretaria ou fundo. A vinculação administrativa da demanda não modifica as características comerciais dos produtos nem demonstra, por si só, vantagem em reunir materiais distintos sob uma única adjudicação.

Economia de escala e avaliação econômica

O parcelamento por item será acompanhado da reunião das quantidades de um mesmo material demandadas pelas unidades participantes. Assim, cada item terá seu quantitativo consolidado, preservando a possibilidade de obtenção de condições comerciais associadas ao volume total.

Essa organização permite combinar:

- a) competição individualizada entre fornecedores aptos a fornecer cada material;
- b) agregação das necessidades municipais de produtos equivalentes;
- c) comparação direta entre os preços ofertados e os referenciais de cada item;
- d) identificação dos custos correspondentes às parcelas de cada secretaria ou fundo.

Não foram apresentados elementos que demonstrem descontos ou reduções de custos suficientes para justificar a adjudicação global ou por grandes lotes. A expectativa genérica de economia pela concentração em um único fornecedor não constitui, neste estudo, fundamento para afastar o parcelamento.

Por outro lado, reconhece-se que a existência de diferentes fornecedores pode aumentar o número de entregas e de operações de acompanhamento. Esses efeitos deverão ser considerados na programação das solicitações e nas condições logísticas divulgadas aos

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

participantes, especialmente quanto aos pontos de entrega e à frequência prevista dos pedidos.

Preservação de conjuntos e compatibilidade entre itens

O parcelamento deverá respeitar a integridade dos produtos comercializados como conjuntos completos. Quando a descrição de um item contemplar um conjunto de limpeza com os componentes necessários ao seu funcionamento, esses componentes integrarão o mesmo fornecimento.

Do mesmo modo, a carga inicial dos aparelhos odorizadores, cuja inclusão foi confirmada pela Administração, deverá compor o respectivo item. Os refis destinados à reposição permanecerão identificados separadamente.

Para aparelhos e refis, dispensadores e consumíveis, ou conjuntos e componentes de reposição, a aquisição por item exige definição prévia das características de compatibilidade. A Administração deverá assegurar que produtos fornecidos por empresas distintas possam ser utilizados conjuntamente, quando essa relação integrar a solução.

A existência de compatibilidade necessária não implica, automaticamente, contratação com o mesmo fornecedor. Eventual agrupamento de itens interdependentes somente deverá ser adotado mediante justificativa específica que demonstre a necessidade técnica ou a vantagem econômica e seus efeitos sobre a competição.

Organização da execução e das responsabilidades

Cada fornecedor responderá pelos itens que lhe forem adjudicados, incluindo entrega, conformidade, substituição de produtos recusados e atendimento das obrigações de garantia aplicáveis.

A Administração manterá controle por item, fornecedor e unidade destinatária, permitindo identificar quantitativos solicitados, entregues, aceitos e pendentes. Esse controle será necessário mesmo quando uma única empresa vencer vários itens.

A possibilidade de adjudicação a diferentes empresas não altera as responsabilidades municipais pela distribuição interna às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio em Oriximiná e Santarém.

Distinção entre parcelamento do objeto e entregas parceladas

O **parcelamento do objeto** corresponde à divisão da disputa e da adjudicação em itens independentes.

As **entregas parceladas** correspondem à distribuição dos fornecimentos ao longo do período de atendimento, mediante ordens de fornecimento.

Nesta contratação, propõe-se a utilização de ambos: adjudicação por item e entregas programadas conforme as necessidades das unidades, observado o prazo máximo de 20 dias corridos contado do recebimento da ordem pelo fornecedor.

Conclusão sobre o parcelamento

Recomenda-se o **parcelamento por item**, mantendo-se a consolidação das quantidades municipais de cada produto e a integridade dos conjuntos previstos nas descrições.

A opção decorre da divisibilidade dos materiais, da possibilidade de fornecimento independente e da oportunidade de ampliar a participação de empresas que atuem em diferentes segmentos do objeto. Nos elementos disponíveis, não foi demonstrada vantagem técnica ou econômica que justifique lote único ou agrupamento generalizado.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Eventuais exceções deverão ser motivadas individualmente antes da conclusão do Termo de Referência, com indicação dos itens envolvidos e da razão concreta para seu fornecimento conjunto.

9. Contratações Correlatas e Interdependentes

Abrangência da análise

A análise considera as aquisições de materiais de finalidade semelhante e as atividades necessárias ao recebimento, à distribuição e à utilização dos bens pelas secretarias e fundos participantes.

Adotam-se como referência conceitual as definições do art. 3º da IN SEGES nº 58/2022: contratações correlatas possuem objetos similares ou correspondentes; contratações interdependentes apresentam relação direta de execução que exige sua contratação conjunta para o atendimento integral da necessidade.

Contratações correlatas

Não existem contratações correlatas em andamento que interfiram no planejamento desta aquisição, nem atas ou contratos vigentes destinados ao atendimento das mesmas demandas de materiais.

As contratações anteriores já se encerraram, e as necessidades das secretarias e fundos participantes estão reunidas neste planejamento. Não há, portanto, fornecimento paralelo identificado que exija compatibilização de quantitativos ou cronogramas com a futura contratação.

Contratações interdependentes

Não existem contratações interdependentes cuja realização conjunta seja necessária à execução do objeto.

A limpeza das unidades é realizada por servidores próprios, e a aquisição compreende os materiais, utensílios e acessórios previstos para atendimento das necessidades identificadas. Sua utilização não depende da contratação simultânea de serviços terceirizados de limpeza, instalação ou manutenção.

A distribuição dos materiais às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio em Oriximiná e Santarém constitui atividade interna sob responsabilidade da Prefeitura, sem necessidade de contratação interdependente informada pela Administração.

Compatibilidade entre os itens

As relações de compatibilidade entre aparelhos e refis, dispensadores e consumíveis, conjuntos de limpeza e componentes de reposição serão tratadas nas especificações e na programação dos fornecimentos da própria aquisição.

Essas relações internas entre os materiais não caracterizam dependência de outra contratação. Dessa forma, o planejamento poderá prosseguir de maneira autônoma, preservada a coordenação das entregas e da distribuição às unidades destinatárias.

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Economicidade da aquisição

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Pretende-se obter materiais adequados às finalidades previstas, com preços compatíveis com o mercado e condições de fornecimento que favoreçam o aproveitamento dos recursos públicos durante sua utilização.

A consolidação das quantidades de itens equivalentes deverá favorecer a obtenção de condições comerciais associadas ao volume municipal. O parcelamento por item permitirá a participação de fornecedores de diferentes segmentos, ampliando as possibilidades de disputa sem exigir o fornecimento integral de todas as categorias de materiais.

A avaliação da economicidade deverá considerar, além do preço de aquisição, o rendimento, a durabilidade, a adequação das embalagens e a ocorrência de perdas ou substituições. Um produto de menor preço que demande consumo excessivo ou apresente desempenho insuficiente poderá comprometer o resultado econômico pretendido.

Não se estabelece percentual prévio de economia, pois ainda não há resultado da licitação nem apuração dos custos efetivos de utilização. A diferença entre o orçamento estimado e os preços contratados será acompanhada como informação financeira, juntamente com os resultados da execução.

Melhor aproveitamento dos recursos humanos

A disponibilização regular de produtos e utensílios adequados deverá permitir que os servidores próprios responsáveis pela limpeza executem suas atividades com menor ocorrência de paralisações, improvisações e retrabalho decorrentes da falta ou inadequação dos materiais.

Para as equipes administrativas, pretende-se reduzir a repetição de procedimentos de aquisição para necessidades semelhantes e organizar as solicitações, conferências e registros de recebimento mediante critérios comuns às unidades participantes.

O resultado esperado é o melhor aproveitamento da jornada e da estrutura existentes. Não se presume redução do quadro de pessoal nem ganho percentual de produtividade sem medição que sustente essas conclusões.

Melhor aproveitamento dos recursos materiais

Pretende-se compatibilizar o abastecimento com o consumo das unidades, evitando tanto a indisponibilidade dos materiais quanto a formação de estoques superiores à capacidade de utilização e armazenamento.

As entregas parceladas, associadas ao acompanhamento das entradas, saídas e validades, deverão contribuir para:

- a) reduzir perdas por vencimento, deterioração, avarias e armazenamento inadequado;
- b) aproveitar os materiais remanescentes antes de novas reposições;
- c) preservar utensílios e acessórios reutilizáveis, com substituição de componentes quando suficiente;
- d) assegurar compatibilidade entre dispensadores, aparelhos, refis e demais componentes;
- e) conservar instalações, mobiliários e equipamentos mediante utilização de produtos apropriados.

O registro do consumo também deverá produzir informações que permitam aperfeiçoar os quantitativos dos próximos planejamentos.

Melhor aproveitamento dos recursos financeiros

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Pretende-se organizar a execução financeira de acordo com a programação dos fornecimentos, os recebimentos efetivamente realizados e as condições de pagamento pactuadas.

A identificação das quantidades e despesas por secretaria e fundo deverá permitir o acompanhamento dos respectivos saldos e responsabilidades, preservando as vinculações contábeis e os ordenadores de despesas.

Busca-se, ainda, reduzir a necessidade de aquisições pontuais motivadas por falhas de reposição e os custos associados a entregas descoordenadas. Para isso, as solicitações deverão conciliar antecedência, agrupamento de pedidos e capacidade de armazenamento, sem comprometer a continuidade do atendimento.

Regularidade do abastecimento e qualidade dos materiais

O resultado operacional pretendido é a disponibilidade dos materiais necessários às rotinas administrativas, educacionais, assistenciais, de saúde e às demais atividades abrangidas pela contratação.

Essa disponibilidade deverá alcançar também as escolas e creches rurais e as Casas de Apoio em Oriximiná e Santarém, mediante articulação entre as entregas dos fornecedores e a distribuição interna realizada pela Prefeitura.

Espera-se receber produtos correspondentes às especificações contratadas, nas quantidades solicitadas e em condições adequadas de utilização. Ocorrências de desconformidade deverão ser identificadas e solucionadas, evitando que materiais inadequados sejam disponibilizados às equipes ou aos usuários.

Indicadores propostos para acompanhamento

Para subsidiar o Termo de Referência, propõem-se os seguintes indicadores. Sua apuração deverá distinguir o desempenho do fornecedor dos resultados que dependem da programação, do armazenamento e da distribuição municipal.

Resultado acompanhado	Indicador e forma de apuração	Registros de suporte	Responsabilidade relacionada
Cumprimento do prazo de entrega	$\frac{\text{Pontualidade: número de ordens integralmente entregues no prazo}}{\text{número de ordens com prazo vencido no período}} \times 100$	Ordens, comprovantes de recebimento pelo fornecedor e registros de entrega	Fornecedor
Qualidade do fornecimento	$\frac{\text{Conformidade no primeiro recebimento: número de linhas de itens aceitas sem ressalvas}}{\text{número de linhas de itens conferidas}} \times 100$	Registros de conferência, aceite e recusa	Fornecedor
Correção das desconformidades	$\frac{\text{Resolução no prazo: número de ocorrências solucionadas no prazo definido}}{\text{número de ocorrências com prazo de solução vencido no período}} \times 100$	Notificações e comprovantes de substituição ou correção	Fornecedor

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Continuidade do abastecimento	Desabastecimento: número de ocorrências e dias de indisponibilidade de materiais necessários, por item e unidade, com identificação da causa	Controles de estoque e comunicações das unidades	Administração e fornecedor, conforme a causa
Aproveitamento dos materiais	Perdas: quantidade e valor dos materiais inutilizados por vencimento, avaria ou deterioração, discriminados por causa	Registros de estoque, baixa e apuração de ocorrências	Responsável pela etapa em que ocorreu a perda
Atendimento dos destinos por distribuição interna	Regularidade da distribuição: número de remessas recebidas no destino até a data programada ÷ número de remessas previstas para o período × 100	Programação e comprovantes de recebimento das unidades	Administração
Resultado financeiro da disputa	Variação frente à referência: diferença entre valor estimado e contratado para os mesmos itens e quantidades, em reais e percentual	Planilha estimativa e resultado da contratação	Administração
Redução de retrabalho	Ocorrências por falta ou inadequação de materiais: número de registros de tarefas interrompidas ou refeitas por esses motivos	Registros das equipes e comunicações à fiscalização	Administração e fornecedor, conforme a causa

Parâmetros de avaliação dos resultados

Pretende-se o cumprimento integral dos prazos e das condições de qualidade contratados. O prazo de entrega de até **20 dias corridos** constituirá referência para a apuração da pontualidade, enquanto os prazos de correção de desconformidades deverão ser definidos no Termo de Referência.

Para perdas, desabastecimento e retrabalho, não há base histórica quantificada que permita fixar, neste momento, percentuais de redução fundamentados. Os registros da execução deverão estabelecer essa base e permitir avaliar a evolução dos resultados.

Os indicadores subsidiarão a fiscalização do fornecimento e a gestão interna. Sua utilização não pressupõe adoção de instrumento próprio de contratos de serviços nem autoriza descontos automáticos. Eventuais consequências pelo descumprimento deverão estar expressamente previstas nos instrumentos da contratação e vinculadas às obrigações do responsável.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

11. Providências Prévias à Celebração do Contrato

Não foram identificadas providências específicas de adequação da estrutura municipal como condição para a execução da contratação.

A solução não demanda intervenções de engenharia, adaptações físicas, ajustes de sistemas, obtenção de licenças, outorgas ou autorizações específicas pela Administração, nem capacitação adicional dos servidores como requisito prévio ao fornecimento.

Permanecem as atividades ordinárias de formalização da contratação e organização de sua execução, incluindo a designação dos responsáveis pela gestão e fiscalização e a definição dos responsáveis pelo recebimento dos materiais nas unidades participantes.

12. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Identificação dos impactos

Os possíveis impactos ambientais da contratação estão relacionados principalmente ao consumo de produtos químicos, água e matérias-primas, à geração de embalagens e resíduos descartáveis, às perdas de materiais e às operações de transporte.

A análise abrange o recebimento, o armazenamento, a utilização e a destinação dos materiais após o uso. A adoção das medidas abaixo deverá preservar a eficácia da limpeza e os cuidados sanitários exigidos em cada ambiente.

Impactos e medidas de prevenção e contingência

Possível impacto	Medidas de prevenção	Medidas de contingência ou correção
Contaminação do solo e da água por vazamento ou descarte inadequado de produtos químicos	Manter embalagens íntegras e identificadas; observar as condições de armazenamento e separar produtos incompatíveis; seguir instruções de dosagem, utilização e destinação.	Isolar o local, impedir o acesso e adotar contenção compatível com as informações de segurança do produto, por pessoal apto. Evitar o escoamento para ralos, solo e corpos d'água e encaminhar os resíduos à destinação adequada.
Consumo excessivo de água e produtos nas rotinas de limpeza	Utilizar dosagem e diluição recomendadas; empregar utensílios adequados; evitar reaplicações desnecessárias e uso contínuo de água quando dispensável ao procedimento.	Identificar a causa do consumo excessivo e corrigir dosagem, modo de aplicação ou falhas dos utensílios, sem reduzir a eficácia da higienização.
Geração de embalagens plásticas, papelão e outros resíduos de acondicionamento	Dimensionar embalagens conforme consumo e armazenamento; evitar embalagens secundárias desnecessárias; separar materiais recicláveis não contaminados.	Corrigir falhas de segregação e encaminhar os materiais aos canais de coleta, reciclagem ou logística reversa adequados à sua natureza.
Geração de fraldas, lenços, papéis sanitários e outros descartáveis usados	Distribuir conforme a necessidade; evitar desperdício; acondicionar os resíduos de modo compatível com suas características e riscos.	Corrigir acondicionamento inadequado, vazamentos ou mistura com recicláveis e providenciar coleta e destinação pelo fluxo apropriado.
Perdas por vencimento, deterioração ou avarias	Programar entregas conforme consumo; controlar validade; priorizar a saída dos produtos	Segregar os materiais impróprios, registrar a ocorrência e providenciar substituição quando de

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

	com vencimento mais próximo; respeitar condições de conservação e empilhamento.	responsabilidade do fornecedor ou destinação adequada quando se tratar de perda na unidade.
Descarte prematuro de utensílios, dispensadores e acessórios	Conservar os bens, respeitar suas condições de uso e substituir componentes quando isso permitir manter o conjunto funcional e seguro.	Avaliar reaproveitamento ou reparo antes do descarte. Quando inviável, encaminhar o bem para desfazimento e destinação compatíveis com sua composição.
Emissões e consumo de combustível nas entregas e na distribuição interna	Coordenar pedidos, agrupar remessas e organizar percursos compatíveis com a necessidade de abastecimento e a capacidade de armazenamento.	Reprogramar entregas e percursos diante de viagens repetidas, entregas incompletas ou devoluções evitáveis, identificando suas causas.

Em ocorrências com produtos químicos, não deverão ser realizadas misturas ou tentativas improvisadas de neutralização. As ações deverão seguir a rotulagem e a ficha com dados de segurança, quando aplicável, com acionamento dos serviços competentes quando a ocorrência ultrapassar a capacidade de resposta da unidade.

Uso eficiente de energia, água e materiais

A maior parte dos itens não consome energia elétrica diretamente. Para aparelhos que utilizem pilhas, baterias ou alimentação elétrica, deverá ser considerada a eficiência de funcionamento, observadas as características necessárias ao uso, sem exigência genérica de certificação energética inexistente para a categoria.

A programação de aparelhos automáticos deverá ser ajustada à necessidade efetiva do ambiente, evitando acionamentos desnecessários. A utilização de pilhas recarregáveis poderá ser avaliada quando houver compatibilidade técnica e condições de recarga e controle.

Quanto à água e aos produtos de limpeza, as unidades deverão observar:

- a) dosagem compatível com a finalidade, evitando o emprego de concentrações superiores às recomendadas;
- b) uso de recipientes de medição ou dosadores quando necessários ao preparo;
- c) conservação de utensílios que favoreçam aplicação controlada e reduzam desperdícios;
- d) observância do tempo de ação e do enxágue indicado pelo fabricante;
- e) proibição de diluir produtos prontos para uso quando esse procedimento não for autorizado.

A escolha de produtos concentrados ou embalagens maiores deverá considerar rendimento, segurança de manuseio e consumo antes do vencimento. Essas apresentações não serão presumidas ambientalmente superiores em todas as situações.

Segregação e destinação dos resíduos

As embalagens não contaminadas e os materiais recicláveis deverão ser separados dos resíduos sanitários e daqueles que apresentem risco químico ou biológico. O encaminhamento à reciclagem dependerá da natureza do resíduo e da existência de canal apto a recebê-lo, sem presumir estrutura local não informada.

Embalagens de produtos químicos não deverão ser reutilizadas para armazenar água, alimentos ou produtos de higiene pessoal. A possibilidade de reciclagem deverá observar a contaminação residual e as orientações aplicáveis, evitando lavagem indiscriminada que transfira contaminantes para os efluentes.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Nas unidades de saúde, a segregação e a destinação deverão observar a classificação dos resíduos e os procedimentos de gerenciamento aplicáveis ao estabelecimento. A RDC Anvisa nº 222/2018 diferencia os resíduos conforme seus riscos e disciplina seu manejo desde a geração até a destinação. Não se deve classificar todo resíduo gerado nessas unidades como infectante, nem encaminhar material contaminado ao fluxo comum de recicláveis.

Fraldas, lenços e papéis sanitários usados deverão seguir o fluxo correspondente às suas características e ao contexto de utilização. A eventual identificação de uma embalagem ou produto como biodegradável não dispensa acondicionamento, coleta e destinação adequados.

Logística reversa e desfazimento

A logística reversa deverá ser observada para os produtos e embalagens abrangidos pelos sistemas aplicáveis, respeitando as responsabilidades dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores. A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê esse mecanismo, entre outros casos, para pilhas e baterias e determinadas categorias de produtos e embalagens.

Para esta aquisição, deverão ser considerados:

- a) **pilhas e baterias utilizadas nos aparelhos:** segregação após o uso e encaminhamento aos pontos ou sistemas de recebimento correspondentes;
- b) **aparelhos com componentes elétricos ou eletrônicos:** avaliação de reaproveitamento e, ao final da vida útil, encaminhamento conforme o sistema e as regras aplicáveis à categoria;
- c) **embalagens:** encaminhamento à coleta seletiva ou ao sistema de logística reversa correspondente, observados sua composição e eventual contaminação;
- d) **recipientes de aerossóis:** manutenção da integridade, sem perfuração ou queima, e destinação compatível com o conteúdo residual e as orientações de segurança.

As obrigações do fornecedor relacionadas ao recebimento ou encaminhamento desses materiais deverão ser especificadas no Termo de Referência quando aplicáveis aos itens fornecidos. Não será imposta obrigação indistinta de recolher todos os resíduos gerados pelo Município.

O desfazimento de utensílios e acessórios incorporados ao patrimônio municipal deverá observar os procedimentos administrativos próprios antes de sua destinação.

Responsabilidades e acompanhamento

Ao fornecedor caberá entregar os produtos em condições adequadas, com identificação e informações de uso e segurança pertinentes, corrigir desconformidades sob sua responsabilidade e cumprir as obrigações ambientais aplicáveis ao fornecimento.

À Administração caberá controlar estoques, orientar a utilização pelos servidores, conservar os materiais, segregar os resíduos e organizar seu encaminhamento aos destinos apropriados.

O acompanhamento deverá registrar perdas, vazamentos, embalagens danificadas e falhas recorrentes de utilização ou descarte. Esses registros permitirão corrigir procedimentos e aperfeiçoar as futuras aquisições.

As medidas propostas integram as rotinas de recebimento, uso e destinação dos materiais. Não pressupõem obras ou adaptações físicas específicas, conforme informado pela Administração no item 11, nem permitem considerar a aquisição isenta de impactos ambientais.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

13. Viabilidade da Contratação

A aquisição de materiais de limpeza, higienização, conservação, higiene pessoal e infantil e de utensílios e acessórios de apoio apresenta-se adequada ao atendimento das necessidades das secretarias e fundos municipais participantes.

A solução permite assegurar os insumos necessários à continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos após o encerramento dos contratos anteriores, respeitando as particularidades das unidades de Educação, Saúde, Assistência Social e demais áreas abrangidas.

O fornecimento parcelado e programado possibilita organizar as reposições conforme a utilização dos materiais, enquanto a consolidação das demandas preserva a identificação dos quantitativos e das responsabilidades de cada unidade.

Viabilidade técnica e operacional

A solução apresenta viabilidade técnica por compreender bens disponíveis no mercado, cujas características de qualidade, desempenho e adequação ao uso podem ser definidas objetivamente.

A execução das atividades de limpeza permanecerá a cargo dos servidores próprios. Conforme informado pela Administração, não há contratações correlatas ou interdependentes nem necessidade de adaptações físicas ou providências extraordinárias como condição para o fornecimento.

A organização operacional prevê entregas nos pontos municipais designados, no prazo máximo de 20 dias corridos contado do recebimento da ordem de fornecimento. O encaminhamento às escolas e creches rurais e às Casas de Apoio em Oriximiná e Santarém será realizado por distribuição interna da Prefeitura.

A execução deverá observar os controles de recebimento, armazenamento, consumo e reposição, bem como as medidas de prevenção e mitigação dos impactos ambientais estabelecidas neste estudo.

Viabilidade econômica

A estimativa preliminar da aquisição corresponde a R\$ 2.066.351,03, para o horizonte de atendimento de 12 meses. Os preços referenciais decorrem, conforme informação da Administração, de pesquisa realizada em agosto de 2026 no Módulo Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, com utilização da mediana dos preços selecionados para cada item.

A consolidação das quantidades e a adjudicação por item proporcionam condições para buscar economia de escala e ampliar a competição. As entregas programadas também permitem adequar o recebimento ao consumo, reduzindo a exposição a estoques excessivos e perdas.

Esses elementos sustentam a viabilidade econômica preliminar da solução. Não representam comprovação de economia percentual nem de menor custo global entre todas as alternativas, pois os custos locais de armazenamento e distribuição interna não foram integralmente quantificados.

A conclusão econômica pressupõe a documentação da pesquisa de preços, sua correspondência com as condições efetivas do fornecimento e a confirmação da adequação orçamentária na instrução da contratação.

Posicionamento conclusivo

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Diante dos elementos examinados, **manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação**, mediante aquisição dos materiais com adjudicação por item e entregas parceladas e programadas, por sua adequação às necessidades municipais e pela viabilidade técnica e econômica preliminar demonstrada.

O posicionamento favorável fica condicionado ao atendimento dos pontos indicados no subitem 13.4. A conclusão deste estudo fundamenta o desenvolvimento do Termo de Referência e das demais etapas preparatórias, sem substituir a aprovação da autoridade competente ou a confirmação dos recursos necessários à contratação.

Terra Santa – PA, 24 de setembro de 2026.

DÉBORA COSTA DA SILVA

Responsável Técnico
Matrícula nº 2500308

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

De acordo:

RENNAN BATISTA ESTUMANO

Matrícula nº 2500150
Secretário Municipal de Fazenda

De acordo:

EDNELSON BARBOSA DE SOUSA

Matrícula nº 2500300
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

De acordo:

MÁRCIO PEREIRA DOS SANTOS

Matrícula nº 2500500
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

De acordo:

JOSÉ LEÔNCIO FILHO MACHADO BARBOSA

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Matrícula nº 2501000
Secretário Municipal de Infraestrutura

De acordo:

JOSÉ MIGUEL SOUSA LOBATO
Matrícula nº
Secretário Municipal de Governo

De acordo:

MIGUEL LOBATO MALHEIROS
Matrícula nº 2500400
Secretário Municipal de Interior

De acordo:

DANILO PAULAIN CAVALCANTE
Matrícula nº 1101161
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

De acordo:

JÉSSICA CAVALCANTE GODINHO
Matrícula nº 1158640
Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social

De acordo:

PÂMELA TAYENE DE SOUZA BATISTA
Matrícula nº 2500902
Secretária Municipal de Cultura Interina

De acordo:

RENNAN AUGUSTO GATO DOS SANTOS
Matrícula nº 1100638
Secretário Municipal de Desporto e Lazer

De acordo:

KELLEN CRISTINA SANTOS BRITO
Secretária Municipal de Educação
Matrícula 505501

De acordo:

MARCELO AUGUSTO CAMPOS DE SOUSA

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE TERRA SANTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Matrícula nº 2502000
Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil

De acordo:

RENÊ WILLIAM ANDR ANDRADE BARBOSA

Matrícula nº 2500600
Secretário Municipal de Turismo

De acordo:

SAMÁRIA LETÍCIA CARVALHO SILVA

Matrícula nº 29
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Mineração

De acordo:

LEANDRO ROCHA SOARES

Matrícula nº 500186
Secretário Municipal de Saúde

De acordo:

EDSON SIQUEIRA DA FONSECA

Matrícula nº 2500010
Prefeito Municipal